



# DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1501, SEGUNDA - FEIRA, 31 DE MAIO DE 2010

## PSDB tem 15 parlamentares entre os 100 “cabeças” do Congresso

A 17ª edição dos “cabeças” do Congresso Nacional, elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar (Diap), traz 15 parlamentares do PSDB na lista dos 100 mais influentes nas duas Casas.

São 11 deputados e quatro senadores que foram apontados como protagonistas do processo legislativo, com características como capacidade de conduzir debates, negociações, votações, articulações e formulações, liderando a tomada de decisão no Congresso.

Nesta nova edição, nove parlamentares, ao todo, entraram para o seleto grupo dos mais influentes do Legislativo, incluindo o líder do PSDB na Câmara, deputado **João Almeida (BA)**, e o 1º vice-presidente do Senado, **Marconi Perillo (GO)**. Também aparecem na relação divulgada na última sexta-feira (28)

o presidente nacional do partido, senador **Sérgio Guerra (PE)**, e os líderes da legenda no Senado, **Arthur Virgílio (AM)**, e o da Minoria na Câmara, **Gustavo Fruet (PR)**.

Completam a relação, pelo PSDB, os deputados **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)**, **Antonio Carlos Pannunzio (SP)**, **Araldo Madeira (SP)**, **Eduardo Gomes (TO)**, **José Aníbal (SP)**, **Jutahy Junior (BA)**, **Luiz Carlos Haully (PR)**, **Paulo Abi-Ackel (MG)** e **Rita Camata (ES)**. O senador **Tasso Jereissati (CE)** fecha a lista de tucanos na lista do Diap.

Com isso, o PSDB fica em 3º lugar em número de parlamentares citados, atrás apenas do PMDB (16), que tem as maiores bancadas nas duas Casas, e do PT (22). Entre os 100 “Cabeças” do Congresso, há 69 deputados e 31 senadores. Ao todo, são 513 deputados e 81 senadores eleitos

pela população.

O estudo traz ainda o que o Diap chama de “parlamentares em ascensão no Poder Legislativo”, ou seja, aquele deputado ou senador que tem recebido e tido bom desempenho em missões partidárias, políticas ou institucionais. Estão também nessa categoria, entre outros aspectos, os que têm buscado abrir canais de interlocução, criando seus próprios espaços e se credenciando para o exercício de lideranças formais ou informais no Parlamento.

Entre os que estão exercendo o mandato pelo PSDB, constam os seguintes nomes nesta categoria: os deputados **Bruno Araújo (PE)**, **Bruno Rodrigues (PE)**, **Duarte Nogueira (SP)**, **Julio Semeghini (SP)**, **Luiz Paulo Vellozo Lucas (ES)**, **Vanderlei Macris (SP)** e os senadores **Alvaro Dias (PR)**, **Lúcia Vânia (GO)** e **Marisa Serrano (MS)**.

### ***Críticas dos EUA revelam grau de tensão do Brasil com grandes potências***

O presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputado **Emanuel Fernandes (SP)**, considerou “bastante duras” as declarações da secretária de Estado americana, Hillary Clinton, que afirmou ter divergências sérias em relação à postura do Brasil com o Irã. Segundo o tucano, a vontade do presidente Lula de se colocar como protagonista nas principais questões mundiais expõe o Itamaraty e deixa o país em uma situação difícil.

Hillary acusou o Irã de “usar” o governo brasileiro para ganhar tempo e disse que o pacto com Teerã

deixa o mundo mais perigoso. Na mais dura declaração sobre a iniciativa brasileira, a secretária de Estado indica que divergências estão azedando as relações entre Washington e Brasília.

De acordo com o parlamentar do PSDB, as declarações mostram que o Brasil está na pior posição possível. “É muito sério ser enxergado como alguém que está ajudando o Irã a continuar o seu programa nuclear e a protelar um acordo”, afirmou.

Já o deputado **Renato Amary (SP)** disse que as declarações de Hillary são uma sinalização para que o presidente Lula tome providências

cautelosas e reveja o seu posicionamento. “Essa questão envolve um problema muito sério não só para o Irã e o Brasil, mas para o mundo todo”, observou o tucano, também integrante da Comissão de Relações Exteriores.

Para Amary, o Brasil se expõe num momento em que a maioria das nações não vê o pacto com bons olhos. “O mundo inteiro clama para que o Irã não dê continuidade ao programa de enriquecimento de urânio e não desenvolva a bomba atômica, mas o presidente Lula parece não pensar assim”, alertou o deputado. @



“A pretensão do presidente Lula de se tornar líder mundial está nos colocando numa posição muito difícil.”

■ Dep. **Emanuel Fernandes (SP)**, presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara

## Deputados cobram mais rapidez da Justiça para repatriar recursos desviados

Os deputados **Vanderlei Macris (SP)** e **Ricardo Tripoli (SP)** alertaram na última sexta-feira (28) para as consequências da lentidão da justiça brasileira e cobraram mais rapidez no julgamento de processos, em especial os que se referem a investigações de lavagem de dinheiro.

A morosidade tem impedido que US\$ 3 bilhões em recursos desviados para contas no exterior voltem ao país. Esse valor refere-se ao montante que o governo encontrou em investigações relacionadas à lavagem de dinheiro. Até hoje, apenas US\$ 3 milhões voltaram aos cofres brasileiros por meio de acordos de cooperação internacional.

Esses pactos geralmente são firmados entre o Brasil e o país onde o dinheiro está depositado. Quando o Ministério Público encontra indícios de contas bancárias mantidas pelos autores dos crimes

nesses países, os recursos são bloqueados para posterior devolução.

Na maioria dos casos, as nações que assinam esses acordos só concordam em mandar o dinheiro de volta depois que a Justiça brasileira condena o criminoso sem possibilidade de recurso.

Até que isso ocorra, o dinheiro fica parado.

“A Justiça brasileira está muito aquém das nossas necessidades.

Não tem como a democracia funcionar efetivamente se este Poder não tiver um funcionamento adequado, com rapidez e o mínimo de bom senso em relação aos prazos. Nesse caso específico, é mais um fator que complica a vida do país, porque são recursos que poderiam ser usados para muitas coisas importantes”, resumiu Macris.

Para Ricardo Tripoli, a desburocratização do Judiciário é fundamental. Em relação aos processos sobre desvios de dinheiro, o deputado afirma que a necessidade de um julgamento rápido é grande, pois os recursos seriam utilizados em benefício da população quando voltarem ao país.

“Precisamos dar mais rapidez aos procedimen-

tos. Para isso, é preciso fazer um processo interno de mudanças no Judiciário. Cabe a este Poder levantar onde existem os principais problemas em seus procedimentos para permitir um andamento mais rápido. Se for preciso, deve-se fazer também mudanças na legislação, o que caberia ao Congresso”, defendeu.

*Os US\$ 3 bilhões retidos no exterior seriam suficientes para financiar 40% dos benefícios direcionados ao Bolsa Família pelo governo em 2010.*

## Projeto de Haully amplia “Ficha Limpa” para organizações sociais

O “Ficha Limpa” não deve ficar restrito aos políticos – é preciso ampliar os princípios desse projeto também para a sociedade. Esse é o objetivo da proposta apresentada pelo deputado **Luiz Carlos Haully (PR)**, que se inspira em critérios semelhantes àquela aprovada recentemente no Congresso.

De acordo com o projeto, também precisarão ter ficha limpa ocupantes de cargos de direção e fiscalização em empresas e entidades sem fins lucrativos. Para o tucano, é fundamental valorizar os trabalhadores que não tenham cometido nenhum crime.

“Há tanta gente boa que poderia estar trabalhando nessas entidades de auxílio à comunidade – seja nas áreas da saúde, social ou cultural –, mas não vão porque muitas vezes tem um ‘ficha suja’ tomando conta do local”, protestou Haully.

De acordo com o projeto, serão impedidas de ocupar cargos de direção e fiscalização todas as pessoas condenadas, em decisão definitiva, desde a condenação até o prazo de oito anos após o cumprimento da pena, por vários crimes, tais como: os eleitorais, de abuso de autoridade e tráfico de drogas.

Para Haully, a proposta fortalecerá o movimento de pessoas honestas e idôneas. “A nossa proposta dá a todos os homens e mulheres de bem da sociedade a esperança de mudanças nos rumos do combate à corrupção e no fortalecimento da transparência”, destacou. O parlamentar explicou que o projeto também prevê a obrigatoriedade da prestação e divulgação das contas dessas instituições junto ao Tribunal de Contas da União, tendo em vista que muitas delas recebem recursos públicos.

→ Veja no blog quais tipos de entidades seriam alcançadas pelo projeto e os crimes que “sujariam” a ficha do cidadão.

### Leia também em nosso blog:

- Críticas de José Serra à Bolívia são apoiadas no Senado
- Tripoli defende urgência em proposta que proíbe animais em circos

**EXPEDIENTE** - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Rafael Secunho ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Arthur Filho, Djan Moreno, Letícia Bogéa e Renata Guimarães ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower ■ Fotos: Eduardo Lacerda

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: [diariotucano@camara.gov.br](mailto:diariotucano@camara.gov.br) Blog: <http://diariotucano.blogspot.com> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>